

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO



Handwritten signature and arrow pointing to the logo

ANO LETIVO DE 2017/2018

ENSINO PRÉ-ESCOLAR

O presente protocolo, celebrado entre o Município de Viana do Alentejo e o Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo, visa estabelecer as condições de colaboração no âmbito das atribuições e competências legais transferidas para os municípios em matéria de educação do Ensino Pré-escolar.

Considerando o disposto na alínea d) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o disposto nas alíneas a) e b) do artigo 2º da Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de julho, e por ser referente ao ensino pré-escolar, considera-se ainda o disposto na Cláusula IV do Protocolo de Cooperação celebrado em 28 de julho de 1998, entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

É celebrado entre:

Município de Viana do Alentejo, com sede na Rua Brito Camacho, 13 em Viana do Alentejo, com o NIPC 506151174, representada pelo seu Presidente, Bernardino António Bengalinha Pinto, como **primeiro outorgante** adiante designado por **Município**,

E

Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo, com sede na Estrada da Quinta de Santa Maria em Viana do Alentejo, com o NIPC 600081869, representado pela sua Diretora, Maria Manuel Carvalho Aleixo, como **segundo outorgante** adiante designado por **Agrupamento**, o presente Protocolo de Colaboração que estabelece as condições de parceria entre os dois outorgantes para o ensino pré-escolar no ano letivo 2017/2018, e que se rege pelas seguintes cláusulas:

Handwritten signature and date
Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo
06/09/2017

Handwritten signature

CLAÚSULA 1ª

AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

- 1- De acordo com o disposto no artigo 4º do Decreto-Lei nº 55/2009, de 02 de março, a atribuição de apoios no âmbito da ação social escolar tem como objetivo a prevenção da exclusão social e do abandono escolar e a promoção do sucesso escolar e educativo. Para concretização deste objetivo, são definidos no nº 1 do artigo 12º do mesmo Decreto-Lei, os apoios a atribuir no âmbito da ação social escolar sendo a sua atribuição da responsabilidade do **Município**, conforme o disposto na alínea hh) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o previsto no nº 2 do artigo 11º do Despacho nº 8452-A/2015, de 31 de julho, alterado pelo Despacho n.º 5296/2017, de 16 de junho.
- 2- São considerados apoios no âmbito da ação social escolar, os previstos no nº 1 do artigo 12º do Decreto-Lei nº 55/2009, de 02 de março, sendo, para efeitos do presente protocolo e de acordo com o nível de ensino pré-escolar, consideram-se apenas os apoios alimentares – refeições.

CLÁUSULA 2ª

CONDIÇÕES DE ACESSO AOS APOIOS

- 1- O acesso aos apoios no âmbito da ação social escolar é determinado em função da situação dos alunos ou dos seus agregados familiares e em particular da respetiva condição sócio económica de acordo com a atribuição do abono de família, conforme o disposto nos números 1 e 4 do artigo 10º do Decreto-Lei nº 55/2009, de 02 de março.
- 2- De acordo com o estipulado no nº 2 do artigo 11º do Despacho nº 8452-A/2015, de 31 de julho, alterado pelo Despacho n.º 5296/2017, de 16 de junho, têm direito a beneficiar dos apoios previstos os alunos pertencentes aos agregados familiares integrados nos 1º e 2º escalões de abono de família.

- 3- Sempre que ocorra reavaliação do escalão de abono de família, por entidade competente, pode haver reposicionamento de escalão de apoio conforme o previsto no nº 4 do artigo 11º do Despacho nº8452-A/2015, de 31 de julho, alterado pelo Despacho n.º 5296/2017, de 16 de junho.
- 4- Para efeitos do disposto no número anterior, sempre e quando se verificarem as alterações previstas, compete ao **Agrupamento** proceder ao envio da respetiva informação ao **Município**.

CLÁUSULA 3ª

PROCESSO DE CANDIDATURA

1- Compete ao **Agrupamento**:

Para efeitos de atribuição de auxílios económicos os serviços do **Agrupamento** devem durante o período de matrículas, receber os pedidos dos encarregados de educação e proceder à entrega dos processos de ação social escolar nos serviços do **Município** com os seguintes documentos:

- a) Formulário devidamente preenchido pelo encarregado de educação, carimbado pelos serviços recetores do **Agrupamento**, com todos os dados solicitados;
- b) Declaração atualizada e comprovativa do escalão de abono de família emitida pela Segurança Social ou pelo serviço processador, quando se trate de trabalhador da Administração Pública;
- c) O processo de candidatura só deverá ser enviado ao **Município**, quando estiver totalmente reunida a documentação necessária.

2- Compete ao **Município**:

- a) Para efeitos de atribuição de auxílios económicos os serviços do **Município** devem no ato da entrega dos processos de ação social escolar proceder à sua análise e submeter as propostas para Reunião Pública de Câmara.

- b) No caso dos processos de ação social escolar rececionados após início do ano letivo, os serviços do **Município** devem no ato da entrega proceder à sua análise e remeter as propostas para reunião de Câmara ou excecionalmente em caso de urgência, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a despacho do Sr. Presidente e ratificação na próxima reunião pública de Câmara.
- c) Após os atos administrativos supramencionados, o **Município** compromete-se a informar por escrito os pedidos dos alunos do ensino pré-escolar autorizados a beneficiar de auxílios económicos, de acordo com as condições de acesso.

CLÁUSULA 4ª

VALOR E PAGAMENTO DOS AUXÍLIOS

Conforme o disposto no artigo 30º do Decreto-Lei nº 55/2009, de 02 de março, os valores e limites pecuniários dos apoios, assim como, a restantes normas e procedimentos são definidos anualmente pelo **Município** e de acordo com o determinado por despacho do membro do governo responsável pela área da educação, publicado no *Diário da República*, após consulta à Associação Nacional de Municípios Portugueses.

CLÁUSULA 5ª

APOIOS ALIMENTARES - REFEIÇÕES

De acordo com a alínea b) do artigo 13º do Decreto-Lei 55/2009, de 02 de março, o apoio alimentar traduz-se no fornecimento de refeições gratuitas ou a preços comparticipados cujo fornecimento deve ser garantido pelo **Município**, conforme o disposto na alínea b) da Cláusula IV do Protocolo de Cooperação celebrado em 28 de julho de 1998, entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, podendo ser assegurado diretamente pelos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas ou adjudicado por contrato de

concessão a empresa de restauração coletiva conforme o disposto no nº 3 do artigo 19º do Decreto-Lei nº 55/2009, de 02 de março.

CLÁUSULA 6ª

OBRIGAÇÕES DO AGRUPAMENTO NO FORNECIMENTO DAS REFEIÇÕES

Considerando a existência de refeitório escolar nos estabelecimentos de ensino onde funciona o ensino pré-escolar, o fornecimento diário das refeições é assegurado pelo **Agrupamento**, à generalidade dos alunos que frequentem este nível de escolaridade, neste sentido o **Agrupamento** obriga-se a:

- a) Servir as refeições no horário compreendido entre as 12.30 horas e as 13.30 horas;
- b) Utilizar os equipamentos e meios adequados para a confeção e acondicionamento das refeições;
 - i. Cumprir requisitos de qualidade das refeições a fornecer, segundo os princípios dietéticos preconizados pelas normas de alimentação definidas pelo Ministério da Educação e Ciência e com observância das normas gerais de higiene e segurança alimentar;
 - ii. Informar mensalmente o **Município** sobre o número total de refeições servidas, incluindo as taxadas, para efeitos de pagamento das comparticipações devidas;
 - iii. Cobrar por cada refeição valor igual ao estabelecido pelo Ministério da Educação e Ciência para os restantes ciclos do ensino básico:

PREÇO DAS REFEIÇÕES (em euros)

Preço para os alunos	1,46
Taxa adicional – marcação no dia	0,30
Comparticipação máxima no custo refeição/aluno	0,22

Fonte: Despacho nº 8452-A/2015, 31 de julho, alterado pelo Despacho n.º 5296/2017, de 16 de junho.

CLÁUSULA 7ª

OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO NO FORNECIMENTO DAS REFEIÇÕES

Para garantir o fornecimento de refeições, e de acordo com o Escalão de Apoio de Ação Social Escolar, o **Município** obriga-se a:

- a) Adquirir o material e equipamento necessários ao normal funcionamento do refeitório do Centro Escolar de Viana do Alentejo, dos Jardins de Infância de Aguiar e Alcáçovas;
- b) Cooperar com o **Agrupamento** na aquisição do material e equipamento necessários ao normal funcionamento da Cantina da EBSIS que fornece o refeitório do Centro Escolar de Viana do Alentejo e do jardim-de-infância de Aguiar bem como, da Cantina da EBI/JI de Alcáçovas, que fornece o refeitório do Jardim-de-infância de Alcáçovas;
 - i. Acompanhar localmente o serviço de fornecimento das refeições escolares, através da colocação do pessoal necessário;
 - ii. Efetuar o transporte das refeições para o Jardim de Infância de Aguiar, garantindo todas as condições de higiene e segurança alimentar;
 - iii. Proceder ao pagamento mensal da totalidade das refeições fornecidas, nos termos seguintes:

CUSTO POR REFEIÇÃO SERVIDA

Aluno beneficiário do escalão A	De 1,46€ a 1,68€
Aluno beneficiário do escalão B	De 0,73€ a 0,95€
Aluno não carenciado	Até 0,22€

Fonte: Despacho n.º 8452-A/2015, 31 de julho, alterado pelo Despacho n.º 5296/2017, de 16 de junho

CLÁUSULA 8ª

MATERIAL DIDÁTICO

Conforme o disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 10º do Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de julho, constitui atribuição dos Municípios em matéria de educação pré-escolar da rede pública, a aquisição de material didático e pedagógico.

CLÁUSULA 9ª

FORNECIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO

- 1- Em cumprimento desta atribuição, o **Município** fornece um *plafond* de 25 cópias mensais, incluindo impressões, por aluno que frequenta o ensino pré-escolar.
- 2- O **Município** atribuirá, por sala de pré-escolar, um apoio para despesas com material escolar, para além das fotocópias, para aquisição de material necessário para alunos do Escalão A e B, no valor de **100€/sala/ano letivo**.

CLÁUSULA 10ª

APOIO EXTRA-CURRICULAR – VISITAS DE ESTUDO

- 1- De acordo com o disposto na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro é da competência dos órgãos municipais apoiar o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa e participar no apoio à educação extraescolar.
- 2- O **Município** compromete-se a conceder ao **Agrupamento** transporte para realização de visitas de estudo, de acordo com o disposto no artigo 13º do Regulamento Municipal de Cedência de Viaturas com as alterações aprovadas em Reunião da Câmara Municipal de Viana do Alentejo de 14 de setembro de 2011 e em Sessão da Assembleia Municipal de Viana do Alentejo de 29 de setembro.

CLÁUSULA 11ª

NÚMERO DE VISITAS

Para o ano letivo de 2017/2018 o **Município** compromete-se a conceder ao **Agrupamento**, a cedência de viaturas para 1 visita de estudo por cada turma/sala de jardim-de-infância, de acordo com o previsto no artigo 13º do Regulamento Municipal de Cedência de Viaturas.

CLÁUSULA 12ª

OUTRAS ATIVIDADES EXTRA-CURRICULARES

- 1- Em termos de apoio às atividades extracurriculares, o **Município**, compromete-se ainda a cooperar com o **Agrupamento**, no âmbito das atividades de conciliação entre a vida familiar e profissional, de animação infantil (comemorações do Natal e do Dia Mundial da Criança), fruta escolar, educação física ou outros projetos educativos municipais que venham a ser desenvolvidos no âmbito do Concelho Municipal de Educação de Viana do Alentejo.
- 2- Os apoios serão definidos caso a caso e de acordo com a capacidade de resposta do **Município**.

CLÁUSULA 13ª

PESSOAL NÃO DOCENTE

Nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 2º do Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de julho, e das alíneas a) a c) da cláusula IV do Protocolo de Cooperação celebrado em 28 de julho de 1998, entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, é da responsabilidade do **Município** assegurar a colocação de pessoal não docente, com funções de ação educativa e o responsável pelo desenvolvimento de atividades de alimentação e animação sócio educativa. O **Município** fará cumprir esta atribuição de acordo com o disposto nos números seguintes.

CLÁUSULA 14ª

AUXILIAR DE AÇÃO EDUCATIVA E ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA

1- Colocação de dois/duas auxiliares, nos jardins-de-infância de Aguiar e Viana do Alentejo que asseguram:

- a) As funções de auxiliar de ação educativa (AAE) no apoio às educadoras em sala de aula no período compreendido entre as 08 e as 15 horas com interrupção para almoço, a definir pelo AEVA e o Município e através de Contrato celebrado entre o Município e a Associação Tempos Brilhantes;
- b) As atividades de animação e apoio à família (AAAF) no período compreendido entre as 15 e as 18 horas, a definir pelo AEVA e o Município e através de Contrato celebrado entre o Município e a Associação Tempos Brilhantes.

2- Colocação de dois/duas auxiliares, no jardim-de-infância de Alcáçovas que asseguram:

- a) As funções de auxiliar de ação educativa (AAE) no apoio às educadoras em sala de aula no período compreendido entre as 08 e as 15 horas com interrupção para almoço, a definir pelo AEVA e o Município;
- b) As atividades de animação e apoio à família (AAAF) no período compreendido entre as 15 e as 18 horas, a definir pelo AEVA e o Município.

CLÁUSULA 15ª

EQUIPAMENTOS ESCOLARES

De acordo com disposto no nº 1 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, no nº 1 do artigo 8º do Decreto-Lei 144/2008, de 28 de julho e nas alíneas c) e d) da Cláusula IV do Protocolo de Cooperação celebrado em 28 de julho de 1998, entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a

Associação Nacional de Municípios Portugueses constituem atribuições dos Municípios a construção, manutenção, apetrechamento, limpeza e despesas correntes, dos estabelecimentos de ensino.

CLÁUSULA 16ª

PROCEDIMENTOS GERAIS

- 1- Em termos de manutenção e conservação, o **Município** compromete-se a assegurar a limpeza, pequenos arranjos e obras de conservação e adaptação estrutural, podendo delegar estas funções nas Juntas de Freguesia;
- 2- Relativamente às despesas correntes, o **Município** assegura as despesas relativas a água, eletricidade e gás de cada equipamento escolar;
- 3- Para cumprimento das alíneas anteriores, o **Agrupamento** compromete-se a informar, por escrito (e-mail e/ou ofício) e por estabelecimento de ensino, todas as necessidades e deficiências detetadas nos equipamentos e espaços envolventes bem como, os comprovativos das despesas correntes. Em caso de urgência, o contacto inicial pode ser telefónico, sendo posteriormente enviado por escrito.

CLÁUSULA 17ª

IDENTIFICAÇÃO DOS INTERLOCUTORES

No início do ano letivo o **Município** e o **Agrupamento** identificam os interlocutores de contacto direto que serão responsáveis pelas questões relativas à educação pré-escolar e ao presente protocolo.

CLÁUSULA 18ª

MONITORIZAÇÃO DO PROTOCOLO

O **Município** e o **Agrupamento** reunirão no final de cada período, com vista a efetuar o acompanhamento, fiscalização e avaliação do presente protocolo.

CLÁUSULA 19ª

CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos mediante acordo entre as partes e/ou através da monitorização do presente protocolo.

CLÁUSULA 20ª

VIGÊNCIA

O presente Protocolo de Colaboração que estabelece as condições de parceria entre os dois outorgantes é celebrado para o ano letivo 2017/2018.

O presente protocolo vai assinado em duplicado, por ambas as partes, ficando um para o **Município** e outro para o **Agrupamento**.

Viana do Alentejo, 11 de Setembro de 2017

O Primeiro Outorgante,

A Câmara Municipal de Viana do Alentejo



Bernardino António Bengalinha Pinto

O Segundo Outorgante,

O Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo



Maria Manuel Carvalho Aleixo